



PRIVACIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Impacto da LGPD para os
fornecedores

LGPD - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

- **Dados Pessoais:**

Toda e qualquer informação que identifica ou torna alguém identificável (conjunto de informações). Ex: (CPF, RG, CEP, PIS, Idade, Sexo, data de nascimento.)

- **Dados Sensíveis:**

São as informações que de alguma forma qualificam, “rotular” alguém. Ex: (Origem Racial ou étnica, Filiação a sindicato, convicções religiosas, opinião política, dados referente a saúde, dados genéticos ou biométricos)

Quem são os personagens?

- **TITULAR DE DADOS PESSOAIS:** *pessoa física que tenha seus Dados Pessoais tratados pelo sistema Cooperativo UNIMED, independentemente de relação pretérita, atual ou futura com o Sistema, podendo ser, mas não se limitando a consumidor, colaborador, parceiro comercial entre outras pessoas físicas.*
- **CONTROLADOR:** *pessoa que determina as finalidades e os meios de tratamento de Dados Pessoais, dependendo do caso concreto podendo ser qualquer Unimed;*
- **OPERADOR:** *pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;*
- **ENCARREGADO:** *pessoa indicada pelo Controlador e Operador – conforme obrigatoriedade pautada em lei – para atuar como canal de comunicação entre o agente de tratamento, os Titulares de Dados Pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais;*

Tratamento de dados

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Das Sanções

- A lei prevê (**Art. 52**) sanções administrativas e pecuniárias na eventualidade de descumprimento da norma, são elas:
 - ✓ *Eliminação de dados pessoais*
 - ✓ *Bloqueio do tratamento de dados*
 - ✓ *Multa de até 2% do faturamento do grupo econômico no Brasil, teto de 50 milhões de reais por infração.*
 - ✓ *Advertência*
 - ✓ *Publicização da infração*

Qual o impacto para os fornecedores?



Responsabilidade solidária.

Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo

I - o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei;

II - os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei.

Medidas de Segurança adequadas

- Princípio da razoabilidade

Art. 46. Os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Art. 47. Os agentes de tratamento ou **qualquer outra pessoa que intervenha em uma das fases do tratamento** obriga-se a garantir a segurança da informação prevista nesta Lei em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término

Prover controle dos registros das operações:

Art. 37. O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

Plano de adequação

Art. 63. A autoridade nacional estabelecerá normas sobre a adequação progressiva de bancos de dados constituídos até a data de entrada em vigor desta Lei, consideradas a complexidade das operações de tratamento e a natureza dos dados.

Na hipótese de incidente de segurança

Art. 48. O controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

§ 3º No juízo de gravidade do incidente, será avaliada eventual comprovação de que foram adotadas medidas técnicas adequadas que tornem os dados pessoais afetados ininteligíveis, no âmbito e nos limites técnicos de seus serviços, para terceiros não autorizados a acessá-los.

Da Culpa:

Violação de um dever de cuidado objetivo . O agente atua em desacordo com o que é esperado pela lei e pela sociedade. São formas de violação do dever de cuidado, ou mais conhecidas como modalidades de culpa, a ***imprudência, a negligência e a imperícia***

Política Nacional de Proteção de Dados (NR015/19)

POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO SISTEMA UNIMED

que dispõe sobre os conceitos e diretrizes que nortearão o Sistema Cooperativo UNIMED no objetivo de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conforme abaixo:

1. Escopo de Aplicação

Esta política deverá ser observada por todos que participem do Sistema Cooperativo UNIMED, **que deverão atender às diretrizes indicadas nesta política que constituem objetivos mínimos visando a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, cabendo a cada Cooperado buscar otimizar os seus procedimentos caso entenda necessário.**

Obrigado!

Odilon de Oliveira

Odilon.oliveira@Unimed.coop.br

